

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A., submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao semestre e exercício social findos em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras na íntegra, relatório da administração e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis na sede da Companhia e podem ser acessadas em www.cpfl.com.br/ri.

A Companhia apresentou o Lucro operacional de R\$ 67,9 milhões, comparando com o lucro de R\$ 60,9 milhões do exercício anterior. Esse aumento foi decorrente substancialmente do resultado de equivalência patrimonial e da receita de intermediação financeira.

Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

ALESTA SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

ATIVO	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		159.170	136.920
Disponibilidades	4	28.531	44.212
Operações de crédito	5	129.016	77.761
Financiamento de conta de energia		55.622	42.250
Antecipação de recebíveis		89.369	43.114
Provisão para crédito liquidação duvidosa		(15.975)	(7.603)
Dividendos	8.1	-	12.661
Outros ativos	6	1.623	2.286
Não Circulante		6.286	3.011
Créditos fiscais diferidos	7	5.792	2.879
Outros ativos	6	494	132
Permanente		31.564	45.382
Investimentos	8	30.076	42.789
Imobilizado		6	8
Intangível	9	1.482	2.585
Total do ativo		197.021	185.313

ALESTA SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		10.643	8.656
Outras Obrigações	10	10.643	8.656
Patrimônio líquido		186.378	176.657
Capital social	12.1	95.000	95.000
Reserva legal	12.2	10.395	6.999
Reserva de lucros	12.2	19.693	19.693
Dividendo adicional proposto	12.3	61.290	54.965
Total do passivo e do patrimônio líquido		197.021	185.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALESTA SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
Demonstrações dos resultados para os semestres/exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2° semestre 2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>2° semestre 2023</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado de intermediação financeira		26.264	48.696	19.425	34.778
Receita de intermediação financeira	13	26.030	53.817	21.699	37.863
Renda com títulos e valores mobiliários	13	3.250	3.250	2.896	2.896
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.4	(3.017)	(8.372)	(5.170)	(5.981)
Outras receitas (despesas) operacionais		(15.247)	(28.278)	(10.244)	(19.006)
Despesa com pessoal	14	(3.208)	(5.723)	(2.961)	(4.315)
Despesas gerais e administrativas	14	(4.231)	(9.673)	(5.090)	(11.219)
Outras despesas (receitas) operacionais	14	(7.236)	(11.741)	(1.625)	(2.337)
Depreciação e amortização	9	(572)	(1.141)	(568)	(1.135)
Resultado operacional		11.017	20.418	9.181	15.772
Resultado de Participações societárias	8.1	25.270	54.787	26.336	50.644
Lucro antes dos tributos		36.287	75.205	35.517	66.416
Contribuição social	7.2	(1.018)	(1.914)	(849)	(1.454)
Imposto de renda	7.2	(2.858)	(5.380)	(2.383)	(4.059)
		(3.876)	(7.294)	(3.232)	(5.513)
Lucro líquido do semestre/exercício		32.411	67.911	32.285	60.903
Quantidade de ações		95.000.000	95.000.000	38.125.601	38.125.601
Lucro líquido por ação - R\$		0,34	0,71	0,85	1,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALESTA SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os semestres/exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>2º semestre 2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>2º semestre 2023</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do semestre/exercício	<u>32.411</u>	<u>67.911</u>	<u>32.285</u>	<u>60.903</u>
Resultado abrangente do semestre/exercício	<u>32.411</u>	<u>67.911</u>	<u>32.285</u>	<u>60.903</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALESTA SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os semestres/exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de Lucro</u>				Lucros acumulados	Total
	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucro</u>	<u>Dividendo</u>		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	38.126	3.954	76.567	-	-	118.647
Resultado abrangente total	-	-	-	-	60.903	60.903
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.903	60.903
Mutações internas do patrimônio líquido	56.874	3.045	(56.874)	-	(3.045)	-
Aumento de capital	56.874	-	(56.874)	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	3.045	-	-	(3.045)	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	54.965	(57.858)	(2.893)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(2.893)	(2.893)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	54.965	(54.965)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	95.000	6.999	19.693	54.965	-	176.657
Resultado abrangente total	-	-	-	-	67.911	67.911
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	67.911	67.911
Mutações internas do patrimônio líquido	-	3.396	-	-	(3.396)	-
Constituição da reserva legal	-	3.396	-	-	(3.396)	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	6.325	(64.515)	(58.191)
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	(54.965)	-	(54.965)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(3.226)	(3.226)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	61.290	(61.290)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	95.000	10.395	19.693	61.290	-	186.377
Saldos em 30 de junho de 2024	95.000	6.999	19.693	-	35.500	157.192
Resultado abrangente total	-	-	-	-	32.411	32.411
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	32.411	32.411
Mutações internas do patrimônio líquido	-	3.396	-	-	(3.396)	-
Constituição da reserva legal	-	3.396	-	-	(3.396)	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	61.290	(64.515)	(3.226)
Dividendo mínimo obrigatório (nota 11)	-	-	-	-	(3.226)	(3.226)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	61.290	(61.290)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	95.000	10.395	19.693	61.290	-	186.377

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALESTA SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os semestres/exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2° semestre 2024	31/12/2024	2° semestre 2023	31/12/2023
Lucro antes dos tributos	36.287	75.205	35.518	66.416
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	572	1.141	568	1.135
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	6	8	5	18
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	-	-	1	1
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.017	8.372	5.170	5.981
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(25.270)	(54.787)	(26.336)	(50.644)
	14.612	29.938	14.926	22.907
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Financiamento de conta de energia e antecipação de recebíveis	(35.071)	(59.626)	(7.452)	(5.816)
Outros ativos	2.489	300	(1.046)	(1.461)
Tributos a compensar	-	-	200	200
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(3.344)	(1.921)	905	340
Outros tributos e contribuições sociais	(8)	44	40	(57)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(14)	(14)	(5)	(5)
Outros passivos operacionais	3.409	3.285	697	(8)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	(17.927)	(27.993)	8.265	16.100
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.580)	(9.954)	(5.119)	(6.964)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(22.507)	(37.947)	3.146	9.136
Atividades de investimento				
Aquisição de intangível (nota 9)	(15)	(37)	-	-
Dividendos recebidos (nota 8.1)	35.161	80.161	6.442	21.442
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades investimento	35.146	80.124	6.442	21.442
Atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	(27.214)	(57.858)	(2.095)	(2.095)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(27.214)	(57.858)	(2.095)	(2.095)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(14.575)	(15.681)	7.493	28.483
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	43.106	44.212	36.719	15.729
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	28.531	28.531	44.212	44.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Alesta” ou “Companhia”), é uma instituição financeira privada, com sede localizada na cidade de Jaguariúna, Rua Vigato, 1620, constituída sob a forma de sociedade por ações. A Companhia constituída em 15 de abril de 2020 foi autorizada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) em 22 de julho de 2020 e com início de suas atividades com operações financeiras em 5 de abril de 2021.

A Companhia tem como objeto social a realização de operações de empréstimos, de financiamentos e de aquisições de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança de créditos para terceiros; a atuação como representante de seguros na distribuição de seguros relacionado com as operações mencionadas acima, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); e participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, exceto instituições financeiras.

A CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Controladora”) detém 100% do seu capital social.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e normas estabelecidas pelo BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 02 de 12/08/2020, com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela Carta-Circular nº 3.624, de 26/12/2013 e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs 00(R1), 01(R1), 02(R2), 03(R2), 04(R1), 05(R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27, 33(R1), 41 e 46 - aprovados pelo BACEN.

Em 1º janeiro de 2021, entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que dispõe sobre os procedimentos para a elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Conforme requerido e permitido pela norma, a Companhia alterou o seu modelo de divulgação de Demonstração do Resultado, tendo refletido nos saldos comparativos as devidas reclassificações. As demais peças contábeis não sofreram alterações significativas.

Após análises realizadas, não identificamos efeitos significativos na adoção desta norma nas demonstrações financeiras. A referida norma, entre outros requisitos determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes. A Administração avaliou que não ocorreu eventos de resultados não recorrentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF.

Com vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e em conformidade com o BACEN, a Alesta desenvolveu um plano de implementação referente às resoluções nº 4.966 e nº 309, o qual inclui: i) a análise e avaliação dos impactos contábeis, abrangendo a avaliação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros, com a adoção de metodologia para apuração de taxa de juros dos instrumentos financeiros, bem como a análise acerca da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; ii) a revisão das políticas da Companhia que possam ser impactadas para refletir a adoção da nova norma; e iii) avaliação dos impactos e alterações necessárias em processos e nos controles internos.

Com relação às mudanças ao cálculo de provisões de instrumentos financeiros, a Companhia estima que o impacto no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2025 será uma redução da rubrica de “Operações de Crédito” em torno de R\$ 1,3 milhões. Considerando que a Companhia reconhece os impactos das provisões por competência em seu resultado, a Administração afirma que haverá impactos na sua Demonstração do Resultado do Exercício Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as mudanças no risco de crédito a serem registradas serão de mesma proporção do impacto no patrimônio líquido. Porém, cabe ressaltar que esse montante é apenas uma estimativa, podendo variar de acordo com o cenário macroeconômico e demais condições que podem afetar o risco de crédito ao longo do período.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 18 de fevereiro de 2025.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Alesta revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas em fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 5 – Operações de Créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 6 – Outros ativos (Créditos a receber de partes relacionadas);
- Nota 7 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro para realizar as diferenças temporárias); e
- Nota 9 – Intangível (Premissa em estimativa de vida útil).

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2024, o Grupo adotou as alterações ao CPC 26/IAS 1, referentes à Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes, emitidas pelo IFRS. As alterações visam esclarecer que a classificação de passivos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) só será afetada quando o atingimento desses índices for exigido até a data do balanço.

Além disso, o Grupo levou em consideração as modificações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações), que esclarecem as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigem divulgações adicionais sobre tais acordos. Os requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a entender os impactos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez da entidade.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

3.2 Disponibilidades

As disponibilidades compreendem saldos em conta corrente e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, com bancos que fazem parte das atividades de gerenciamento de liquidez da Companhia, os quais apresentam liquidez imediata e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

3.3 Operações de Crédito e Antecipação de recebíveis

A carteira de crédito da Alesta está composta por duas operações financeiras, financiamentos de contas de energia e antecipação de recebíveis. Registradas ao valor presente, com taxas de juros e encargos conforme contratos firmados com apropriação diária até o período findo desta demonstração financeira.

Operações de crédito – Disponível para os clientes pertencentes as áreas de concessão da CPFL, para financiar suas contas de energia em atraso. Sendo firmado um contrato da Alesta com o consumidor, denominado tomador ou devedor (pessoa física ou pessoa jurídica) para disponibilização de recurso financeiro exclusivo para liquidação da conta de energia.

Antecipação de recebíveis – Serviço financeiro que permite aos fornecedores credenciados e ativos solicitarem a antecipação de pagamento dos seus recebíveis com as empresas do Grupo CPFL.

A Alesta e o fornecedor firmam um termo de aceite da operação com as condições pactuadas. Em até D+1, o montante negociado com deságio é repassado ao fornecedor e, a partir deste momento, a dívida passa a ser com a Alesta, a qual no vencimento original da fatura negociada, receberá o valor integral que constava em aberto no passivo das empresas do Grupo CPFL.

3.3.1 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação do risco das operações de crédito e a constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A provisão foi constituída de acordo com os critérios de classificação das operações de crédito com base na Resolução nº 2.682, do CMN, e legislação complementar. O montante constituído é considerado pela Administração suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos julgados de difícil liquidação.

O sistema de corebanking da instituição está parametrizado para automaticamente não permitir o reconhecimento de receitas e encargos (*Stop Accrual* que é estabelecido pela Resolução nº 2.682) de qualquer natureza referentes as operações de crédito que apresentem parcelas em atraso igual ou superior a 60 (sessenta) dias.

3.4 Dividendos

De acordo com Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 5% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateados pelas ações em que se dividir o capital da companhia. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, ou destinado a alguma reserva dentro do patrimônio líquido, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25% e a Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% com o regime vigente de apuração lucro real. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

3.6 Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas.

3.7 Intangível

Ativo não monetário identificável que representa bens e direito de utilização de software, a fim de obter benefício econômico futuro através do seu uso na gestão financeira. Seu reconhecimento monetário se dá pelo custo de aquisição, e sua condição operacional é o parâmetro para iniciar amortização no exercício de 5 anos a uma taxa anual de 20%.

3.8 Outras obrigações

Registrar e controlar outras obrigações junto a pessoas, fornecedores decorrentes de aquisições de bens, serviços, tributos e outras finalidades.

Quando aplicável são realizadas provisões em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável.

3.9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas que foram emitidas pelo CPC para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

(4) DISPONIBILIDADES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos bancários	1.463	66
Aplicação financeira - CDB	27.068	44.146
Total	<u>28.531</u>	<u>44.212</u>

Aplicação financeira representa os valores aplicados em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 98,45 % do CDI.

(5) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

5.1 Composição da carteira de crédito por tipo de operação

	Total	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Operações de Crédito	55.622	42.250
Antecipação de recebíveis	89.369	43.114
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.975)	(7.603)
Total	129.016	77.761

5.2 Composição da perda esperada associada ao risco de crédito

	31/12/2024				31/12/2023			
	Financiamento de conta de energia	Antecipação de recebíveis	Provisão 2.682/99	Total da carteira	Financiamento de conta de energia	Antecipação de recebíveis	Provisão 2.682/99	Total da carteira
Pessoa Física								
AA	406	-	-	406	257	-	-	257
A	18.777	-	(94)	18.683	13.271	-	(66)	13.205
B	7.332	-	(73)	7.259	6.794	-	(68)	6.726
C	8.389	-	(252)	8.137	9.076	-	(272)	8.804
D	2.726	-	(273)	2.453	2.994	-	(299)	2.695
E	1.931	-	(579)	1.352	2.097	-	(629)	1.468
F	1.562	-	(781)	781	1.707	-	(854)	854
G	1.665	-	(1.166)	499	1.470	-	(1.029)	441
H	12.700	-	(12.700)	-	4.299	-	(4.299)	-
	55.488	-	(15.918)	39.571	41.965	-	(7.516)	34.448
Holding, Controladora de Participações Societárias								
AA	-	89.369	-	89.369	-	43.114	-	43.114
	-	89.369	-	89.369	-	43.114	-	43.114
Pessoa Jurídica								
AA	0	-	-	0	1	-	-	1
A	31	-	(0)	31	73	-	(0)	73
B	12	-	(0)	12	22	-	(0)	22
C	20	-	(1)	19	63	-	(2)	61
D	7	-	(1)	6	21	-	(2)	19
E	3	-	(1)	2	14	-	(4)	10
F	6	-	(3)	3	20	-	(10)	10
G	7	-	(5)	2	9	-	(6)	3
H	47	-	(47)	-	62	-	(62)	-
	133	-	(57)	76	285	-	(87)	198
Total	55.622	89.369	(15.975)	129.016	42.250	43.114	(7.603)	77.761

5.3 Operação de Crédito por vencimento

Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Vencidas	22.564	4.374
A vencer	122.427	80.990
Até 14 dias	64.243	7.957
De 15 a 30 dias	26.501	32.612
De 31 a 60 dias	12.578	8.029
De 61 a 90 dias	5.776	2.993
De 91 a 180 dias	8.975	8.856
De 181 a 360 dias	4.172	14.789
Acima de 360 dias	182	5.754
Total	144.991	85.364

5.4 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>Financiamento de conta de energia</u>
Saldo em 31/12/2022	(1.622)
Provisão revertida (constituída) líquida	(811)
Saldo em 30/06/2023	(2.433)
Provisão revertida (constituída) líquida	(5.170)
Saldo em 31/12/2023	(7.603)
Provisão revertida (constituída) líquida	(5.355)
Saldo em 30/06/2024	(12.959)
Provisão revertida (constituída) líquida	(3.016)
Saldo em 31/12/2024	(15.975)

A instituição não efetua renegociação das suas operações realizadas.

(6) OUTROS ATIVOS

	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Outros créditos</u>				
Despesas antecipadas	11	47	-	-
Outros	1.612	2.239	494	132
	1.623	2.286	494	132
Total	1.623	2.286	494	132

Os saldos apresentados em 'Outros' referem-se a rendas reconhecidas no exercício de 2023, estando a administração em processo de análise para a devida regularização.

(7) TRIBUTOS DIFERIDOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	1.533	762
Subtotal	1.533	762
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	4.259	2.117
Subtotal	4.259	2.117
Total	5.792	2.879

7.1 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(0)	(1)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.438	3.994	684	1.901
Provisão relacionada a pessoal	33	92	77	213
Outros	63	174	1	3
Total	1.533	4.259	762	2.117

Expectativa Realização	CSLL	IRPJ
2025	290	807
2026	284	790
2027	240	666
2028	240	666
2029	240	665
2030	239	665
Total	1.533	4.259

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$ 4.622 mil (31/12/2023 - R\$ 2.561 mil), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação entre as instituições financeiras, projetada para os períodos correspondentes.

7.2 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	31/12/2024		31/12/2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	75.205	75.205	66.416	66.416
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(54.787)	(54.787)	(50.644)	(50.644)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	849	1.102	378	465
Base de cálculo	21.267	21.520	16.150	16.237
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	1.914	5.380	1.454	4.059

(8) INVESTIMENTOS

	31/12/2024	31/12/2023
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial		
Pelo patrimônio líquido da controlada	30.076	42.789
Total	30.076	42.789

8.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimento em controladas	Quantidade de ações	Participação no capital-%	31/12/2024			31/12/2023		2024	2023
			Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
CPFL Total Serviços Administrativos S.A.	9.005.274	100%	3.005	30.076	54.787	30.076	42.789	54.787	50.644
Total						30.076	42.789	54.787	50.644

A CPFL Total Serviços Administrativos S.A. ("CPFL Total" ou "Companhia"), é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada constituída em 29 de abril de 2010, que tem como objeto social a prestação de serviços administrativos de um modo geral e serviços complementares a empresa, inclusive serviços de assessoria administrativa de arrecadação, de cobranças e obtenção de informações cadastrais, além de outras atividades auxiliares e de representação.

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Investimento	Investimento em 31/12/2022	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos	Investimento em 31/12/2023	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos	Investimento em 31/12/2024
CPFL Total Serviços Administrativos S.A.	26.248	50.644	(34.103)	42.789	54.787	(67.500)	30.076
	26.248	50.644	(34.103)	42.789	54.787	(67.500)	30.076

O montante de dividendos recebidos pela CPFL Total foi de R\$ 80.161, sendo R\$ 29.517 destinados em 2024 e R\$ 50.644 destinados em 2023.

(9) INTANGÍVEL

	<u>Software</u>
Saldo em 31/12/2022	3.720
Amortização	(1.135)
Saldo em 31/12/2023	2.585
Adições	37
Amortização	(1.140)
Saldo em 31/12/2024	1.482

Ativos intangíveis - O saldo é composto por softwares adquiridos para gestão financeira e taxa de amortização de 20% ao ano.

(10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>Circulante</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
10.1 Prestação de serviços fornecedores		
Materiais e serviços	1.443	3.365
	1.443	3.365
10.2 Impostos a recolher		
Programa de integração social - PIS	38	30
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	234	183
INSS sobre folha de pagamento	61	55
Imposto sobre operações financeiras - IOF	21	27
Imposto de renda - IRPJ	810	624
Contribuição Social - CSLL	290	223
Outros	42	64
	1.496	1.206
10.3 Dividendos		
CPFL Energia	3.226	2.893
	3.226	2.893
10.4 Obrigações com pessoal		
Folha de pagamento	1.240	1.072
Participação nos lucros	798	497
	2.038	1.569
10.5 Outros		
Crédito não identificados / Provisão pendências bancárias	1.609	(377)
Repasse antecipação de recebíveis	830	-
	2.439	(377)
Total	10.643	8.656

(11) PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS

Perdas possíveis:

A companhia tem outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para eles, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

Ademais a Alesta realiza um tratamento imediato de processos prováveis por meio de conciliação no Juizado Cível para reduzir o curso de processos. Isto devido a imaterialidade dos valores reclamados.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estavam assim representadas:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Principais causas</u>
Cíveis	384	29	Danos pessoais e majoração tarifária
Total	384	29	

(12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
CPFL Energia S/A	94.990.500	99,99
CPFL Comercialização Brasil S/A	9.500	0,01
Total	95.000.000	100,00

12.1 Capital Social

O capital social totalmente integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 95.000 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com valor nominal por ação de R\$ 1,00.

12.2 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 30.088 (R\$ 26.692 em 2023), que compreende: i) reserva legal de R\$ 10.395 (R\$ 6.999 em 2023); e ii) reserva de retenção de lucros R\$ 19.693 em 2024 e 2023.

12.3 Dividendos

Em 2024 a Companhia efetuou pagamento R\$ 57.858 de dividendos referente ao exercício de 2023 aprovados em Assembleia Geral Extraordinária em 25 de abril de 2024 e R\$ 2.095 distribuídos em 2023 referente a 2022.

A Companhia está propondo para o exercício de 2024, o montante de R\$ 3.226 de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 61.290 de dividendo adicional proposto.

(13) RECEITA DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	2024	2023
Receitas com operação de crédito		
Rendas de financiamentos de contas de energia	41.510	25.980
Rendas de antecipação de recebíveis	14.940	13.872
Renda com títulos e valores mobiliários	3.401	2.896
Total da receita operacional bruta	59.851	42.748
Deduções da receita operacional		
PIS	(389)	(278)
COFINS	(2.394)	(1.711)
	(2.783)	(1.989)
Receita operacional líquida	57.068	40.759

(14) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Pessoal		Gerais e administrativas		Outras		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	(5.723)	(4.315)	-	-	-	-	(5.723)	(4.315)
Serviços de terceiros	-	-	(9.191)	(10.937)	-	-	(9.191)	(10.937)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(10)	(6)	-	-	(10)	(6)
Publicidade e propaganda	-	-	(472)	(276)	-	-	(472)	(276)
Baixa para perdas	-	-	-	-	(11.409)	(2.273)	(11.409)	(2.273)
Outros	-	-	-	-	(332)	(64)	(332)	(64)
Total	(5.723)	(4.315)	(9.673)	(11.219)	(11.741)	(2.337)	(27.137)	(17.871)

(15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possui em 31 de dezembro de 2024, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

a) Prestação de serviços e outros - Referem-se à operação de antecipação de recebíveis.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2024, conforme requerido no – CPC 05 (R1), foi de R\$ 1.654 (R\$ 1.501 em 2023).

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como segue:

Empresas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Investimentos								
Entidade sob o controle da CPFL Energia S.A.	30.076	42.789	-	-	54.787	50.644	-	-
Dividendos								
CPFL Total Serviços Administrativos S.A.	-	12.661	-	-	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	2.893	-	-	-	-
Prestação de serviços e outros								
CPFL Energia S.A.	-	154	-	-	-	-	-	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia S.A.	89.373	42.964	521	1.165	-	-	5.678	7.907

(16) GESTÃO DE RISCOS

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve o modelo de gestão de riscos assim como as atribuições de cada agente.

Com competências próprias e específicas, esses agentes são responsáveis por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos que o grupo CPFL, incluindo a Alesta, possa estar exposto, abrangendo a elaboração e aprimoramento de metodologias, políticas e procedimentos para o gerenciamento desses riscos em linhas gerais.

Com base nas atividades exercidas pela entidade e em atendimento da Resolução CMN 4.553/2017 a Alesta está classificada no Segmento S5, a Administração entende que o perfil de riscos é compatível com sua dimensão, suas operações e complexidade dos seus serviços prestados.

Em linha com a Resolução CMN 4.606/2017 sobre a metodologia facultativa simplificada de gerenciamento de riscos, os principais fatores que afetam a Instituição são como seguem:

Risco de crédito: Surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados e/ou das obrigações adquiridas pelo cliente não serem cumpridas nas condições previamente contratadas. Esse risco é gerenciado através de normas, avaliação de limites e diretrizes de crédito aplicadas nas aprovações de cada contrato firmado com um novo cliente.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 5 – Operações de Crédito.

Risco de Liquidez: Relaciona-se à possibilidade de, por falta de recursos, a Instituição não ser capaz de honrar com suas obrigações esperadas e inesperadas, atuais e futuras, de modo que possa impactar diretamente em suas operações diárias e acarretar perdas significativas. Com vistas a mitigar este risco a Alesta possui processos estabelecidos de gestão diária do fluxo de caixa.

Risco inerentes a Instrumentos Financeiros: A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros, quando contratados pela Companhia, e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração e avaliar os riscos aos quais a Companhia possa estar exposta.

Risco Operacional: Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrer perdas na Companhia decorrentes de eventos externos, falhas, deficiências e inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, como: fraudes, externalidades que afetem as atividades da Instituição, práticas inadequadas em relação a clientes, produtos e serviços, entre outros. Para reduzir a exposição a estes riscos a Administração implantou um departamento específico para prevenção de fraudes, bem como, instituiu políticas e um Plano de Continuidade de Negócios para garantir o monitoramento e estabilidade operacional.

(17) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros cujos valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras, devido à natureza destes saldos, são:

- Ativos financeiros: (i) Operações de crédito; (ii) Antecipação de recebíveis.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As operações de crédito são classificadas como nível 2.

b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

c) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

<u>31/12/2024</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>A vencer</u>	<u>Vencidos até 30</u> <u>dias</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	10	1.439	4	1.443
Total		1.439	4	1.443

DIRETORIA

Fernando Rocha Antonaglia

Diretor Superintendente

Flavio Henrique Ribeiro

Diretor Administrativo

CONTABILIDADE

Ricardo Fernando Ferreira

Gerente de Serviços Financeiros

CRC 1SP 321353/O-4

***Alesta Sociedade de
Crédito Direto S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e



Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A.


internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025


PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Daniel Naves Martelletto
Contador CRC 1MG105346/O-2